



Observatório da Oposição

16 DE DEZEMBRO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 76



Reforma tributária consolida peso desproporcional de impostos sobre a população

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

Página

Reforma tributária consolida peso desproporcional de impostos sobre a população

01

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Ministros do Governo patrocinam práticas nepotistas em Tribunais de Contas

05

Lula admite falhas na comunicação, mas deveria usar o momento de lucidez para reconhecer todos os demais problemas

11

3

SEGURANÇA PÚBLICA

Lula encerra a primeira metade do seu terceiro mandato sem políticas públicas concretas de combate ao crime organizado

20

4

MEIO AMBIENTE

Funai facilita invasões ao conceder documentos brasileiros a indígenas paraguaios, denuncia FPA

24

1 ECONOMIA

Reforma tributária consolida peso desproporcional de impostos sobre a população

A recente regulamentação da reforma tributária aprovada no Senado Federal (PLP 68/2024) consolidou um sistema de impostos que penaliza de forma desproporcional os consumidores. Com uma carga tributária que pode superar 29%, o Brasil alcança o maior imposto sobre bens e serviços do mundo, impondo ônus significativo aos setores menos organizados politicamente, enquanto deixa a população sem garantias de alívio fiscal antes de 2031.

Introdução

Não é segredo que o sistema tributário brasileiro incorre em diversos problemas que prejudicam o crescimento e a distribuição equitativa de renda no país. Apesar disso, a regulamentação da reforma tributária, aprovada recentemente no Senado Federal, parece piorar o peso dos impostos sobre a população.



O problema inicial reside no fato de que a reforma teve como base a manutenção de uma carga tributária mais elevada do que a observada no governo Bolsonaro. Isso ocorre porque, ao definir a carga tributária média que estabelecerá a definição dos impostos futuros, optou-se por utilizar o período de 2012 a 2021 como média, resultando em uma carga dos impostos sobre o consumo de 12,58% do Produto Interno Bruto (PIB).

A inclusão de 2022 na média, contudo, resultaria em queda expressiva da carga tributária da reforma e refletiria melhor a realidade vivida pela população à época da aprovação da PEC 45, já que a carga verificada em 2022, último ano do governo Bolsonaro, foi de 12% do PIB.

Com isso, a escolha de deixar 2022 fora da média observada resultou em arrecadação adicional de pelo menos R\$ 20 bilhões. Se considerarmos os quase 0,6% do PIB (12,58% para 12%) a mais, alcançamos cerca de R\$ 60 bilhões adicionais. Essa é a consolidação do aumento de carga tributária no país - contratados na aprovação da PEC 45.

Considerando esse aumento, é importante notar que a multiplicação de regimes beneficiados na reforma - colocados em última hora - resultaram em aumento considerável da alíquota de referência dos impostos.

Esse diferencial de alíquota de referência gera um ônus excessivo sobre os consumidores. Com a quantidade de benefícios, joga-se um ônus de R\$ 400 bilhões sobre a alíquota geral, arcada pela maior parte da população, sobre todos os produtos e serviços que não foram beneficiados. Dessa forma, os setores que não organizaram lobbies efetivos acabaram por absorver um prejuízo desproporcional com a reforma.

Lembramos, por fim, que o governo contratou uma dívida de R\$ 700 bilhões para os próximos anos, decorrente dos Fundos criados pela reforma, que pesará sobre os orçamentos futuros do país.



Os novos benefícios concedidos

Na discussão da reforma, mais de 650 emendas foram acatadas total ou parcialmente. Boa parte dessas emendas foi em direção à concessão de mais benefícios tributários. Aqui citamos os principais:

- **Cesta básica e cesta básica ampliada:** biscoitos e bolachas não recheados, erva mate, óleo de babaçu, grãos de milho, água mineral, farinhas e massas com baixo teor de proteína, cereais, frutas de casca rija, castanhas brasileiras, produtos hortícolas pré-cozidos ou cozidos sem adição de compostos, farinha de mandioca e tapioca, fórmulas dietoterápicas.
- **Saúde:** atividades desportivas (academias), saneamento como serviço de saúde, veterinários na alíquota de 60% de redução, home care, esterilização e instrumentação cirúrgica, inclusão de 10 produtos com alíquota reduzido em composições para nutrição enteral ou parenteral.
- **Dispositivos médicos:** inclusão de oito novos produtos.
- **Produtos de higiene pessoal:** fraldas e artigos higiênicos similares.
- **Insumos agropecuários:** inclusão de diversos componentes, inclusive serviços.
- **Soberania nacional e segurança cibernética:** inclusão de diversos produtos e serviços.
- **Educação:** línguas estrangeiras, atividades educacionais complementares, serviços de educação desportiva e recreacional, serviços de educação com enfoque cultural, outros serviços complementares.
- **Cultura** (produções nacionais): ingressos de eventos e adição de 19 atividades culturais.
- **ZFM, ALCs e ZPE:** Energia renovável para as ZPEs, refinarias na Zona Franca de Manaus ([benefício que por si só custará R\\$ 3,5 bilhões](#)), ALCs durarão até 2073 - 23 anos a mais do que no texto original, maior crédito presumido na ZFM.
- **Profissionais liberais:** adição de representantes comerciais na redução de 30%.

- **Cashback:** inclusão de cashback maior para serviços de telecomunicação.
- **Sociedade Anônima de Futebol (SAF):** redução da alíquota de 8,5% para 5% e exclusão dos fundos patrimoniais do IVA.
- **Imóveis:** redução de 70% do IVA para alugueis - antes era de 60, redução de 50% para transferências.

Independentemente do mérito de alguns pleitos, a consequência desse aumento de benefícios é a elevação da alíquota de referência de 25% (definição da PEC 45) para 29% (alíquota estimada pelo Governo Federal e contratada no Senado). Esse cenário extrapola todas as previsões colocadas à época da aprovação da EC 132, como se vê abaixo:

Tabela 2. Alíquotas-padrão estimadas com base no texto aprovado na Câmara dos Deputados (%)

Cenário	Descrição	Cenário factível			Cenário conservador		
		CBS	IBS	Total	CBS	IBS	Total
A	Cenário Base	6,95	13,78	20,73	7,38	14,64	22,02
B	Cenário A + Alíquota reduzida de 50% para agropecuária e cesta básica	7,51	14,89	22,39	7,98	15,83	23,81
C	Cenário B + Alíquota reduzida de 50% para serviços de educação privada	7,61	15,10	22,71	8,09	16,05	24,14
D	Cenário C + Alíquota reduzida de 50% para serviços de saúde privada	7,82	15,51	23,33	8,30	16,47	24,77
E	Cenário D + Alíquota reduzida de 50% para demais bens e serviços	7,95	15,76	23,70	8,43	16,72	25,15
F	Cenário E + redução da alíquota para 40% da alíquota básica	8,19	16,24	24,43	8,69	17,23	25,92
G	Cenário F + Alíquota zero para metade da cesta básica	8,41	16,69	25,10	8,92	17,70	26,62
H	Cenário G + Demais tratamentos favorecidos	8,53	16,92	25,45	9,05	17,95	27,00

Fonte: [Ministério da Fazenda](#) em 8 de agosto de 2023.

Como se observa, a aprovação da reforma tributária mostra que o país desbloqueou os cenários, sequer estimados com precisão, de “I a Z”. A maior alíquota à época da PEC 45 era de 27%. Chegamos aos 28% no texto da Câmara, aos 28,1% no relatório inicial da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) e alcançamos os **mais de 29% no texto aprovado no Senado**. Isso mostra que ultrapassamos o pior cenário vislumbrado na discussão da PEC 45.

Em qualquer um desses cenários, **chegamos ao maior imposto sobre bens e serviços do mundo**. Isso consolida o aspecto regressivo do nosso sistema tributário e exclui comercialmente milhões de brasileiros.

Mesmo assim, aprovou-se uma reforma que estabelece alíquota de referência máxima de 26,5%, sabendo-se que a alíquota será maior do que 29%. Na prática, permite-se que os entes federativos arrecadem mais que a média histórica até 2031, quando a situação será rediscutida. Com isso, apenas em 2031 haverá discussão a respeito da carga tributária, sem que haja obrigatoriedade de que o peso dos impostos seja reduzido para a população.

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Ministros do Governo patrocinam práticas nepotistas em Tribunais de Contas

O aparelhamento dos tribunais de contas pelo governo, ao privilegiar laços familiares e políticos em detrimento da competência técnica, compromete a imparcialidade e a eficiência no controle da coisa pública.

Análise

- As recentes indicações de esposas de ministros do governo para compor tribunais de contas estaduais revelam um preocupante cenário de sobreposição entre os interesses públicos e privados.



- As nomeações, embora legais, refletem o ressurgimento de práticas patrimonialistas ao priorizar laços familiares e influência política sobre critérios técnicos e meritocráticos, prejudicando a confiança nas instituições e a imparcialidade essencial à atividade de controle.
- Inclusive, a [prática das nomeações políticas em cortes de contas foi criticada por ministros do STF](#) durante debates no Congresso sobre uma PEC que permitiria ao Legislativo indicar membros da Suprema Corte. Em tom irônico, mencionaram que o STF poderia virar uma agência reguladora ou tribunal de contas.

“Imagine que o Centrão começasse a indicar nomes para o Supremo Tribunal Federal. Viraríamos uma agência reguladora ou o tribunal de contas”

- Os Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) desempenham a função essencial de fiscalizar as despesas e receitas de estados e municípios, garantindo a transparência na administração pública. Embora autônomos e independentes, atuam como auxiliares do Legislativo no controle externo.
- Consoante o preceito constitucional, impõem-se aos candidatos ao cargo de conselheiro de contas a observância de requisitos específicos, entre os quais se destacam o notório saber e a experiência superior a dez anos em funções ou atividades profissionais que demandem os conhecimentos previamente referidos.

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022](#)).

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

- Ademais, atuam como substitutos nesses tribunais, membros substitutos escolhidos por meio de concursos públicos que se caracterizam pela dificuldade técnica e amplitude de conhecimentos requeridos dos candidatos, dando mostra da complexidade inerente às atribuições dos conselheiros de contas.
- O concurso para auditor-substituto ou ministro-substituto é composto por diversas fases de alta especificidade, inclusive, com prova oral e de títulos. No último [edital de Auditor-Conselheiro para o Tribunal de Contas do Distrito Federal](#), para mencionarmos um exemplo, constavam as seguintes quatro fases, nas quais o candidato deve demonstrar conhecimento avançado em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Processual, Direito Penal, Direito Financeiro, Direito Empresarial, Direito Tributário, Direito Previdenciário e Conhecimentos sobre o Distrito Federal; Controle Externo e Legislação Institucional, Auditoria Governamental, Administração Orçamentária e Financeira, Orçamento Público, Administração Pública, Contabilidade Geral e Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Pública e Economia do Setor Público e da Regulação.

domínio nas quatro etapas do certame de: Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico-Matemático, Legislação Específica (Constituição de Roraima, Lei Orgânica e Regimento Interno do TCE-RR), Administração Pública, Matemática Financeira, Estatística, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Normas relativas aos Tribunais de Contas, Administração Financeira e Orçamentária, Gestão e Fiscalização de Contratos, Controle Externo e Auditoria Governamental.

- Nesse contexto, é patente que a seleção dos membros das Cortes de Contas obedece a critérios desiguais: enquanto os substitutos são submetidos a processos seletivos exaustivos, repletos de exigências técnicas substanciais, outros se vêem contemplados por mera aprovação política. Dado o caráter e a importância da função a ser desempenhada, impõe-se que o critério adotado seja a exigência de rigor quanto à formação e à experiência profissional.
- Expostos os detalhes requeridos dos postulantes, passamos à análise das indicações patrocinadas pelos ministros do atual governo, resumidas na Tabela 1.

Conselheira	Cônjuge	Tribunal de Contas	Ano de Nomeação	Salário Base	Experiência Política e Profissional
Aline Peixoto	Rui Costa (Casa Civil)	TCM-BA	2023	R\$ 41.000	Ex-primeira-dama da Bahia; formação em Enfermagem; sem histórico legislativo ou técnico na área.
Rejane Dias	Wellington Dias (Desenvolvimento Social)	TCE-PI	2023	R\$ 37.589,96	Ex-deputada federal (2015-2023) e estadual (2011-2015); ex-secretária de Educação e Cultura no Piauí.
Renata Calheiros	Renan Filho (Transportes)	TCE-AL	2022	R\$ 35.462,22	Administradora; coordenou projetos sociais estaduais, como o Programa Criança Alagoana e Alagoas Feita à Mão.
Marília Góes	Waldez Góes (Desenvolvimento Regional)	TCE-AP	2023	R\$ 39.717,69	Ex-deputada estadual (2011-2023); delegada civil; ex-secretária de Inclusão e Mobilização Social no Amapá.
Onélia Santana	Camilo Santana (Educação)	TCE-CE	2024	R\$ 39.717,69	Psicopedagoga; atual secretária de Proteção Social do Ceará.

Fonte: [Estadão](#), compilada na tabela pelos autores.

- Observa-se que a maioria das candidatas não possuía um claro histórico de mais de 10 anos de experiência direta nas áreas de competência exigidas, o que pode suscitar questionamentos quanto ao atendimento dos critérios de notório saber.
- Outrossim, os vínculos familiares com ministros e governadores comprometem a independência dos tribunais de contas, atributo fundamental para a fiscalização do uso de recursos públicos e da conduta dos administradores públicos.
- A [ONG Transparência Internacional](#) alertou que priorizar relações políticas em vez de qualificação técnica perpetua o subdesenvolvimento no Brasil, enfraquece a meritocracia e torna a gestão pública menos eficiente e mais vulnerável a desvios.

“—
 Apesar de sua função vital de controle externo das finanças públicas, os tribunais de contas, com frequência, são aparelhados através de nomeações baseadas em interesses políticos em detrimento do interesse público. É uma das práticas mais antigas, disseminadas e danosas de patrimonialismo no Brasil. São postos cobiçados pelos rendimentos vitalícios e inúmeros privilégios, cujas somas nababescas violam os princípios pelos quais os próprios órgãos estão encarregados de zelar. Mas o dano maior sequer vem desses gastos diretos, vem do uso espúrio que muitos desses nomeados políticos fazem do poder do cargo, favorecendo negócios privados, blindando aliados ou perseguindo adversários.”

[Transparência Internacional, no seu perfil da rede X.](#)

- Na mesma linha, Senadores da Oposição criticaram o governo Lula, ressaltando que as indicações recentes têm um pano de fundo mais pessoal e político do que técnico. Para eles, as nomeações visam atender a interesses privados e partidários, em vez de priorizar a competência e a eficácia na gestão pública, comprometendo, assim, a transparência e a independência das instituições.

“ —
E essa turma, por meio do seu "puxadinho", que é a Assembleia Legislativa, deve indicar a ex-primeira-dama e esposa do ministro Camilo para fiscalizar as contas... Isso mesmo! E a sabatina dela ocorrerá hoje na Comissão de Constituição e Justiça! Eles querem colocar Onélia Santana no Tribunal de Contas do Estado... do próprio Estado que seu grupo "administra". Com que independência ela fará isso? Esse "faz de conta" para dar ainda mais recursos aos "amigos do rei" deixa a população indignada. Já não basta os acúmulos de cargos do Governo e autarquias estaduais dela própria, do pai, dos irmãos e dos outros parentes da família de Camilo? Sem falar que, em operação da Polícia Federal, a senhora Onélia chegou a ser indiciada pela Polícia Federal em 12 de dezembro de 2016 (matéria de Felipe Coutinho, do jornal O GLOBO) por compra de votos e ameaça a eleitores no município de Barbalha, com direito a escuta telefônica e fechamento de rua. E agora, um prêmio? — ”

[Senador Eduardo Girão \(Novo/CE\).](#)

- A solução está em reformas que garantam seleções transparentes e baseadas na competência, assegurando que cargos públicos, especialmente nos órgãos de controle, sejam ocupados por profissionais experientes e autônomos. Sem essas medidas, o Brasil continuará refém de práticas que prejudicam seu desenvolvimento e a democracia.

Lula admite falhas na comunicação, mas deveria usar o momento de lucidez para reconhecer todos os demais problemas

Desinformação e falta de transparência caracterizam o terceiro governo de Lula, que caminha para uma crise de credibilidade perante diversos públicos

Análise

- Durante o seminário “A realidade brasileira e os desafios do PT”, [Lula fez uma autocrítica ao governo e ao partido, admitindo falhas na comunicação](#). Ele afirmou que seu governo não tem se comunicado bem nas redes sociais, permitindo que a extrema-direita ganhasse espaço para divulgar “projetar as suas maldades”.
- O presidente assumiu sua responsabilidade no erro, destacando a falta de entrevistas coletivas e a necessidade de mudanças na abordagem. Afirmou ainda que, a partir de janeiro, terá início a “colheita” dos feitos de seu governo.



“—
Quero começar dizendo que há um erro no governo na questão da comunicação e eu sou obrigado a fazer as correções necessárias para que a gente não reclame de que a gente não está se comunicando bem”.
Lula no seminário “A realidade brasileira e os desafios do PT
—”

- O que Lula denominou de “erro no governo na questão de comunicação”, o TCU chamou de “[possível irregularidade na contratação](#)”, com encaminhamento dos autos para que a [Polícia Federal apure a ocorrência de ilícito penal](#) decorrente dos atos praticados no âmbito da Concorrência 1/2024, promovida pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

“—
Ministério da Propaganda de Lula foi flagrado tentando fraudar licitação de R\$ 200 milhões e ainda estão pensando em retomá-la, como se nada tivesse acontecido! Que goela gigante é essa????
—”
[Senador Flávio Bolsonaro \(PL/RJ\)](#)

- Na prática, [o governo vai encerrar o seu segundo ano sem um contrato para publicidade digital](#), o que não deve ser resolvido no curto prazo, considerando que não há ainda qualquer perspectiva de encaminhamento de uma nova licitação, tendo em vista que a anterior foi suspensa em decorrência do problema representado no TCU por diversos parlamentares da Oposição.

“—
E nós não conseguimos sequer usar a internet com o poder de alcance que ela possa ter. E eu quero assumir a minha culpa porque até hoje estamos há dois anos no governo e a gente não conseguiu ter uma imprensa digitalizada [sic] e competitiva.
—”

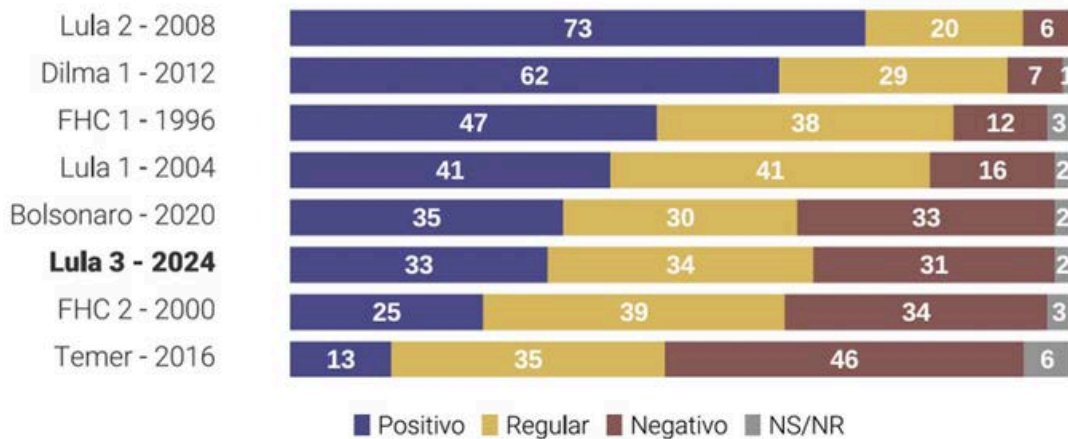
Lula, mencionando contratação frustrada por indícios de descumprimento de preceitos licitatórios.

- Uma alternativa aventada pela gestão petista para lidar com a crise de comunicação é a difusão de desinformação. Na divulgação do pacote fiscal, Paulo Pimenta, ministro da Secom, revelou ter contado com Sidônio Palmeira, publicitário da campanha de Lula em 2022.
- Nesse experimento, a [Secom publicou notícia falsa sobre o envio de projeto do Poder Executivo para isentar de imposto de renda quem ganha até R\\$ 5 mil reais](#), uma das promessas de campanha de Lula. Todavia, projeto dessa natureza não foi encaminhado ao Congresso Nacional e, após diversas críticas, a postagem “campeã da semana” foi retirada do ar.



- Lembremos que essa não foi a primeira vez no ano que a Secom contou grandes mentiras para população brasileira. Durante a tragédia das enchentes que acometeu o Rio Grande do Sul, o governo federal, por meio da Secom, anunciou um pacote extraordinário de R\$ 50 bilhões em novos auxílios.
- Não obstante, [a imprensa apurou que o desembolso adicional seria de apenas de R\\$ 7,7 bilhões](#), sendo os demais valores decorrentes da antecipação de pagamentos que já estavam previstos em 2024 ou a liberação de linha de crédito de bancos públicos e privados.

- E o processo de institucionalização da mentira no Partido dos Trabalhadores tem sido a tônica, sem que haja qualquer desfaçatez para esconder esse fato. Recentemente, em [evento promovido pelo think tank petista, Instituto Perseu Abramo, foi convidado como palestrante um dos influenciadores favoritos da nata do partido.](#)
- [Thiago dos Reis é reconhecido por explorar economicamente notícias falsas e informações descontextualizadas](#), lucrando ostensivamente com a desinformação e agressividade. Dos Reis responde por nada menos do que [15 processos judiciais e tem, inclusive, um mandado de prisão expedido contra si](#), de acordo com apuração de “O Antagonista”.
- **É minimamente estranho considerarmos que um foragido da justiça seja considerado um exemplo a ser seguido por um partido com representação no Congresso Nacional e que ocupa atualmente a Presidência da República.**
- Em sua palestra, de acordo com apuração da [revista Veja](#), Thiago dos Reis afirma que “é preciso aprender a enganar” usando contas anônimas, com a intenção de criar uma “enxurrada” de mensagens favoráveis às ações promovidas pelo governo.
- Na ocasião, foi saudado efusivamente pela presidente da legenda, deputada Gleisi Hoffmann, que classificou Thiago como um “grande companheiro”. Outros elementos do partido atribuem às “fake news do bem” promovidas pelo influenciador como sendo [relevantes para “luta democrática”](#).
- O fato é que entre as ilegalidades e as mentiras institucionalizadas pela gestão petista, a situação do governo perante a opinião pública caminha de mal a pior, desfazendo qualquer expectativa de que ludibriam a população.
- [Pesquisa da Genial/Quaest \(dez/2024\) revela que Lula 3 tem a terceira pior avaliação para o 2º ano de mandato entre os presidentes eleitos desde 1996.](#)

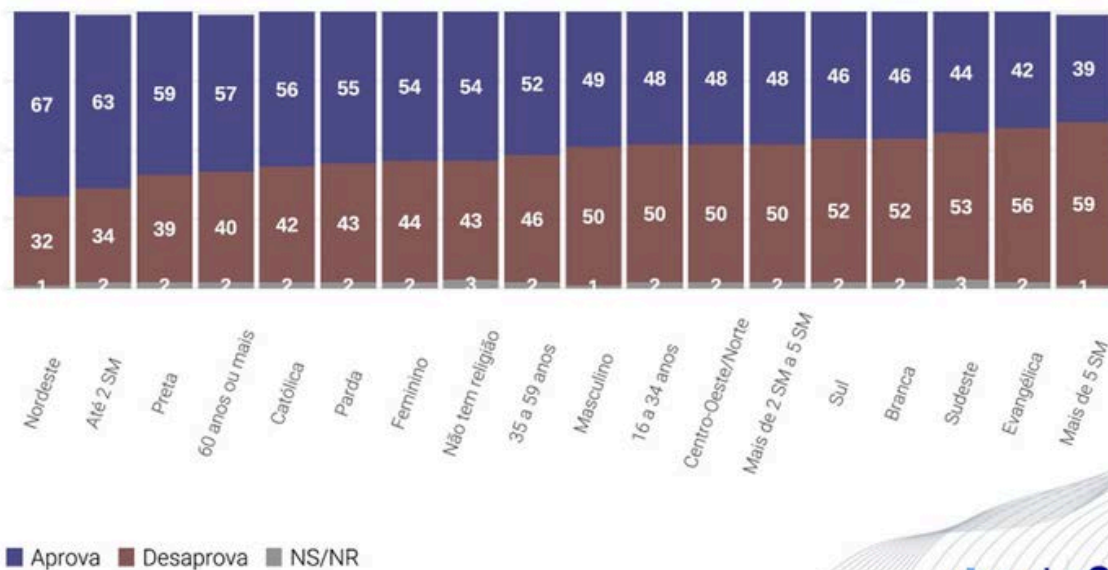
Avaliação de Governo (final do 2º ano de mandato) | Comparativo


Pesquisas: Genial/Quaest - dez/2024, Ibope - dez/2020, Ibope - dez/2016, Ibope - dez/2012, Ibope - dez/2008, Ibope - dez/2000, Datafolha - dez/1996, NA

genial
investimentos

Quaest
Pesquisas & Opiniões

- O resultado é especialmente negativo entre jovens de 16 a 34 anos e a classe média (rendimentos acima de 2 até 5 salários-mínimos e superiores a 5 salários-mínimos).

Aprovação do trabalho que o presidente Lula está fazendo


■ Aprova ■ Desaprova ■ NS/NR

genial
investimentos

Quaest
Pesquisas & Opiniões

- Percepções ainda mais negativas advém do setor financeiro, [com pesquisa revelando que 90% do mercado financeiro avalia negativamente o governo Lula 3](#). Critica-se especialmente as ações populistas do governo como danos ao arcabouço fiscal e ao comprometimento com a estabilidade econômica do país.

- Chega também ao fim a "lua de mel" entre o mercado e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad: sua aprovação caiu de 63% em julho de 2023 para 41% atualmente.
- Em outras palavras, mais do que resolver o problema da comunicação em seu governo, Lula e seus asseclas deveriam fazer uma mea culpa mais ampla, reconhecendo o fracasso completo de dois anos de desgoverno.
- E isso tudo se [reflete em um ambiente no qual o Partido dos Trabalhadores já foi relevante: nas ruas](#). Nesta terça-feira, 10/12/2024, o partido convocou atos organizados por sindicatos em ao menos 40 cidades do Brasil contra Jair Bolsonaro. Todavia, os atos tiveram adesão irrisória, sendo ridicularizados nas redes sociais ante o silêncio sepulcral da cúpula petista, outrora histriônica.

Imagens dos atos realizados em Salvador (BA), com 1.042 pessoas - Estado Governado pelo PT



Fonte: [Poder360](#).

Imagens dos atos realizados em São Paulo (SP), com comparecimento de 1.000 a 1.350 manifestantes.



Fonte: [Poder360](https://poder360.com.br/).

Imagens dos atos realizados em Brasília (DF).



Fonte: [Poder360](https://poder360.com.br/).

- Evidencia-se, mais uma vez, que o clamor popular não responde aos apelos daqueles que perderam sua sintonia com a voz das ruas. Lula já não detém a popularidade que julga possuir; os sindicatos há muito deixaram de representar os legítimos anseios dos trabalhadores; e o PT caminha para se tornar apenas um capítulo melancólico da história nacional, marcado pelo anacronismo e por sua herança devastadora.



“Coloque aqui nos comentários o que explica esses recentes fiascos da esquerda em mobilizar gente para as ruas porque parece que eles ainda não entenderam”.

[Senadora Damares Alves \(Republicanos/DF\).](#)



“A verdade é que nem a própria esquerda aguenta mais tanto discurso vazio. Lula só promete, não entrega. O desempenho do PT nas eleições municipais e as pesquisas de popularidade deixam isso bem claro”.

[Senador Luis Carlos Heinze \(PP/RS\).](#)



“O próprio governo admite erros na atual gestão. Mas, esses erros não estão apenas na falta de comunicação; eles ocorrem em diversas áreas. Enquanto isso, quem paga o preço pela falta de transparência e organização é o povo”.

[Senador Jorge Seif \(PL/SC\).](#)



3 SEGURANÇA PÚBLICA

Lula encerra a primeira metade do seu terceiro mandato sem políticas públicas concretas de combate ao crime organizado

A gestão federal na área de segurança pública enfrenta críticas pela falta de ações concretas contra o crime organizado e pela centralização de decisões que enfraquecem a autonomia dos estados. Medidas como a regulamentação do uso da força policial e a proposta de centralização de recursos geram atritos entre o Executivo Federal e governadores.

Uma coisa ficou muito clara após a participação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, nas Comissões de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal e na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados no início deste mês: Lula não tem qualquer interesse em combater o crime organizado e endurecer as leis contra aqueles que insistem em permanecer às margens dos bons costumes.



O que causa perplexidade é também observar o perfil técnico de ambos os ministros que estiveram à frente da pasta até o momento. Flávio Dino, atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foi juiz federal por treze anos antes de entrar na política. Também foi governador do Maranhão e conheceu as agruras dos operadores da segurança pública em seu estado. Dino foi ministro de Lula por treze meses.

Ricardo Lewandowski, atual ministro da Justiça e Segurança Pública, foi juiz por sete anos no Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, tendo ingressado pelo Quinto Constitucional da classe dos advogados, além de ter sido ministro do STF por longínquos dezessete anos.

Ambos conhecem muito bem a real situação da violência no Brasil. E por que quase nada fizeram de concreto, até o momento para combater o crime organizado?

Nos últimos anos, o Brasil apresentou índices de violência comparáveis aos de países em guerra civil. Segundo o Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), o número de homicídios no Brasil supera 40 mil por ano, com uma média de 20 assassinatos por 100 mil habitantes.

Comparando com países como a Síria, que está em guerra civil há mais de uma década, com aproximadamente 500 mil mortes nos últimos sete anos, o Brasil registrou aproximadamente 550 mil homicídios nos últimos 11 anos. Vale ressaltar a queda no índice de homicídios no Brasil entre 2019 e 2022, influenciada por melhorias nas políticas de segurança pública e ações concretas contra o tráfico de drogas, promovidas pelo governo Bolsonaro.

No período, foram observadas reduções nos homicídios, latrocínios e outros crimes violentos letais intencionais (CVLIs). Destaque para o “Pacote Anti Crime”, enviado para o Congresso, sugerindo o endurecimento das penas para crimes violentos, corrupção e relacionados ao crime organizado.

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) em outubro deste ano, a sensação de insegurança e o medo da violência fazem parte da vida de metade dos brasileiros. Aproximadamente 50% dos entrevistados dizem se sentir inseguros nos locais onde vivem. Destes, 10% afirmam que se sentem muito inseguros. E apenas 5% dos brasileiros afirmam ter uma “grande sensação de segurança”.

Para o brasileiro, ver o estado buscando políticas públicas a curto e médio prazo, agindo contra as facções criminosas e propondo o endurecimento das leis ajudaria a reduzir essa insegurança, de modo geral. E foi exatamente com esses questionamentos que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski foi recebido no Congresso Nacional no início deste mês de dezembro. Ao comparecer na CSPCCO da Câmara dos Deputados, Lewandowski foi muito criticado pelos parlamentares da “bancada da bala”.

Composta por delegados, policiais militares e civis, entre outras categorias ligadas à segurança pública nos estados, os parlamentares tentaram mais uma vez saber quais seriam as medidas adotadas pelo gestor da pasta para reduzir a criminalidade nos estados, bem como sobre a regulamentação de armas de fogo, prometida há mais de seis meses pelo próprio ministro.

Especialmente sobre a regulamentação de armas de fogo e atividade dos chamados “CACs”, Lewandowski admitiu que acatará algumas mudanças sugeridas pela bancada da bala, bem como informou que está “em fase embrionária” no MJ um “Estatuto dos Atiradores Esportivos”. O atual Decreto nº 11.615/2023, que estabelece regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, tem sofrido forte resistência dentro do Congresso Nacional desde a sua publicação.

Até o momento, vinte propostas legislativas preveem sustar parcial ou integralmente o seu conteúdo. Um dos projetos chegou a ser pautado no plenário do Senado em agosto deste ano, mas foi retirado após acordo com o governo Lula e diante da expectativa do novo decreto. Vale ressaltar que este mesmo governo e sua base no Congresso estão “em campanha” desde o ano passado para tentar criminalizar a atividade dos CACs e clubes de tiro, sem qualquer fundamentação legal.

Lewandowski recebeu duras críticas dos parlamentares, tanto na CSPCCO quanto na CSP do Senado com relação à atuação da Polícia Federal (PF). Senadores e deputados federais alegaram que a PF tem sido “usada” politicamente por Lula para perseguir a oposição nas duas casas, bem como seus apoiadores e aliados políticos nos estados. Lewandowski negou todas as acusações feitas pelos parlamentares.

O ministro da justiça também recebeu críticas com relação a PEC da Segurança Pública, não só no parlamento, mas também nas últimas rodadas de negociação que fez com governadores e gestores da segurança pública nos estados.

Ainda assim, Lewandowski afirmou que “há consenso” sobre a PEC. Certamente, o que mais foi ouvido pelo ministro nos últimos encontros com governadores foi a respeito da necessidade de aperfeiçoamento da legislação ordinária, isto é, endurecimento das penas quanto a determinados crimes graves. É ponto pacífico entre os governadores e suas bancadas federais no Congresso que a PEC apresentada por Lewandowski propõe a centralização de decisões e recursos no governo federal, ferindo a autonomia dos estados para implementar políticas de segurança pública adaptadas às suas realidades regionais.

Após participação nas comissões de segurança pública do Congresso Nacional, o ministro da Justiça enviou, na última quinta-feira, um decreto para análise da Casa Civil que visa a “regular o uso da força por policiais” em todo o país. O texto permite que o órgão estabeleça diretrizes sobre o manuseio de armas e procedimentos durante abordagens.

O decreto diz, ainda, que compete ao Ministério da Justiça, “editar normas complementares” ao texto sobre o “uso da força e instrumentos de menor potencial ofensivo”. Na prática, dará aval para estabelecer diretrizes, por exemplo, sobre o uso de algemas, busca pessoal e domiciliar e a atuação em presídios.

Os estados e municípios não serão obrigados a aderir às normas, mas o texto determina que o repasse de verbas esteja condicionado ao cumprimento das medidas. “O repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional para ações que envolvam o uso da força pelos órgãos de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios está condicionado à observância do estabelecido neste decreto”, diz trecho do documento.

Tal medida tende a gerar ainda mais desgaste entre o Executivo e o Legislativo, bem como com governadores e gestores da segurança pública nos estados. A não ser que o ministro da Justiça e Segurança Pública de Lula consiga regular o “uso da força” também com os criminosos. A ver.



MEIO AMBIENTE

Funai facilita invasões ao conceder documentos brasileiros a indígenas paraguaios, denuncia FPA

Recentes denúncias apontam que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) estaria emitindo certidões de nascimento para indígenas de nacionalidade paraguaia na região oeste do Paraná, especialmente em Guaíra, facilitando invasões a propriedades privadas e gerando insegurança jurídica no campo.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), apresentou o [Projeto de Lei 4740/2024](#), que estabelece critérios rigorosos para o reconhecimento da nacionalidade brasileira a indígenas. A medida surge em resposta a alegações de que o Ministério dos Povos Indígenas e a Funai estariam concedendo documentos brasileiros a indígenas paraguaios, permitindo que estes reivindiquem terras como se fossem indígenas brasileiros.



A FPA também solicitou a [convocação](#) da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, para esclarecer a atuação da pasta e da Funai na emissão desses documentos. Além disso, foi enviado um ofício ao embaixador do Paraguai no Brasil, Juan Angel Delgadillo, buscando informações sobre a imigração de indígenas paraguaios e as assistências prestadas a eles.

A emissão irregular de documentos para estrangeiros representa uma grave ameaça à soberania nacional e ao direito de propriedade dos produtores rurais. A ausência de critérios claros para a concessão de nacionalidade brasileira a indígenas estrangeiros pode resultar em invasões ilegais de terras produtivas, comprometendo a segurança jurídica e a paz no campo.

É imperativo que o Congresso Nacional aprove o PL 4740/2024 para estabelecer procedimentos legais claros para o reconhecimento da nacionalidade brasileira a indígenas, garantindo que apenas aqueles com legítimo direito sejam beneficiados. Além disso, é fundamental que os órgãos competentes investiguem as denúncias e responsabilizem os envolvidos em possíveis irregularidades.

Os senadores da oposição devem apoiar a aprovação do PL 4740/2024 e exigir transparência nas ações da Funai e do Ministério dos Povos Indígenas. É crucial defender o direito de propriedade e assegurar que políticas públicas sejam direcionadas exclusivamente a cidadãos brasileiros, preservando a integridade territorial e a segurança no campo.

Inação do governo tem agravado invasões de propriedades rurais há meses na região

Os conflitos agrários nas regiões de Guaíra e Terra Roxa, no Paraná, têm colocado em evidência a negligência do governo em proteger os produtores rurais. O aumento das invasões por grupos que alegam ser indígenas, sem comprovação legal ou respaldo histórico, é um reflexo da ausência de medidas efetivas para assegurar o direito à propriedade. A Força Nacional, embora presente, demonstra incapacidade operacional, enquanto o Ministério da Justiça e Segurança Pública se mantém inerte diante da escalada de violência.

A regulamentação do Marco Temporal, que poderia oferecer segurança jurídica ao setor produtivo, permanece engavetada, contribuindo para o agravamento do caos no campo. A indefinição sobre a aplicação da [Lei 14.701/2023](#) reflete a incapacidade do Executivo de priorizar soluções para um problema que afeta diretamente a produção nacional de alimentos e a estabilidade econômica de milhares de famílias rurais.

Além do PL 4740/2024, medidas como a [PEC 48/2023](#) e o [PL 4.039/2024](#), ao buscar um equilíbrio entre os direitos indígenas legítimos e a proteção dos produtores, precisam ser tratadas como prioridade pelo Legislativo. Essas iniciativas visam resolver o problema no curto, médio e longo prazo, estabelecendo mecanismos claros para indenizações e garantindo o respeito ao marco temporal constitucional.

